Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N.º 1/2022

Aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu-se no Salão Nobre da Reitoria – Largo do Paço, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), em sessão extraordinária transmitida ao público, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de trabalhos

1. Plano de Ação para o Quadriénio 2021-2025;
2. Informações.

Estiveram presentes os Conselheiros, Maria Joana Raposo Marques Vidal, que presidiu a reunião, Ángel Maria Carracedo Álvarez, Ana João Gomes Rodrigues, Ana Margarida Silva Gonçalves, Delfina Rosa Rocha Gomes, Isabel Maria Costa Soares, Joaquim Agostinho Castro de Freitas, Joana Rodrigues Arantes Silva, João Manuel Cardoso Rosas, Luís António Martins Santos, Manuela da Assunção Borges Vaz Soares, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal, Nuno Miguel Dias Cerca, Patrícia Espinheira Sá Maciel, Ricardo Duarte Faria Lopes, Rui Jorge Machado Oliveira, Tiago Filipe Silva Miranda, e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Participaram por videoconferência os Conselheiros Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio e Tiago José Quinteiros Lopes Henriques da Silva. Justificaram a ausência os Conselheiros André Francisco Soares Carvalho Alves Teixeira, António Carlos Fernandes Rodrigues e Marta Alexandra Teixeira Mestre. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo I).

1. Plano de Ação para o Quadriénio 2021-2025

A Presidente colocou à consideração dos membros do Conselho seguir como metodologia para apreciação do Plano de Ação para o Quadriénio 2021-2025 (Plano de Ação) a ocorrência de um período máximo de vinte minutos no qual o Reitor realizaria uma exposição inicial, seguindo-se blocos de três intervenções sequenciais dos membros do Conselho, findas as quais haveria lugar à resposta do Reitor. Esta metodologia foi acolhida por unanimidade.

Foi conferida a palavra ao Reitor, que recordou o facto de o documento ter sido remetido ao Conselho aquando da reunião plenária de 10 de dezembro 2021, não tendo sido possível nessa data proceder à sua apreciação. Referiu de seguida que a elaboração do Plano de Ação teve por base os documentos que subordinam as opções nele expressas, designadamente, os Estatutos da Universidade, planos de ação que estiveram em vigor dentro

da instituição nos últimos quatro anos, bem como o programa de ação apresentado ao Conselho aquando da sua candidatura ao cargo de Reitor. Afirmou que o documento é sensível àquilo que são as circunstâncias em que a Universidade se move atualmente, nele estando expressos aquilo que serão os próximos planos de atividades anuais da Universidade. Informou que o Plano de Ação havia sido elaborado em função dos grandes desafios societários contemporâneos, entre outros, aqueles que decorrem das mudanças climáticas, do envelhecimento, da crise económica e da transformação digital, endereçando à Universidade a função de contribuir para uma sociedade e para uma economia mais sustentáveis, mais justas e mais resilientes, de um modo particular na articulação entre a investigação, a educação e a inovação. Referiu que as opções nele inscritas têm em consideração aspetos particulares do sistema do ensino superior e do sistema científico português, bem como as políticas públicas nesta área, designadamente, o diagnóstico feito pela OCDE em 2019; os compromissos que estão associados à celebração dos contratos de legislatura entre o Governo de Portugal e as Instituições de Ensino Superior (IES); a Estratégia Portugal 2030; o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e a Estratégia de Desenvolvimento da Região Norte para 2030. Elencou de seguida com mais detalhe alguns dos desafios com os quais a Universidade se defrontará, como por exemplo, a afirmação de uma Universidade completa que procure, nas suas diferentes áreas de atuação, corresponder aquilo que são as múltiplas vocações e as necessidades do país, da região e das pessoas. Nesta perspetiva, referiu que o Plano de Ação assume uma reorientação da atuação da Universidade, apostando na abertura da Universidade de uma forma significativa àquilo que habitualmente se designa por novos públicos, sendo que esta diversificação implicará preocupações adicionais com a valorização da docência e da formação dos próprios docentes, com as articulações entre a educação e a investigação, com a ligação aos contextos de trabalho e com a qualidade das infraestruturas educativas. No que respeita ao papel essencial da Universidade na produção, na preservação, na disponibilização e na aplicação de conhecimento novo, considerou que os maiores desafios serão a criação das condições mais adequadas para o desenvolvimento da atividade científica; a monitorização da formação doutoral e a aposta na difusão do conhecimento científico no quadro da ciência aberta. Fez de seguida referência a um outro desafio que se coloca à Universidade na sua intervenção direta na promoção do desenvolvimento social, cultural e económico, que exige à instituição o aprofundamento de um quadro de relações com as entidades que constituem os tecidos social, económico e cultural. Relativamente ao modo de funcionamento e ao modo de organização da Universidade, disse existirem bloqueios que decorrem do atual modelo organizacional, caraterizado por uma significativa centralização da decisão, o que requererá uma reflexão da Universidade sobre as opções fundamentais de organização, tal como elas estão expressas nos Estatutos da Universidade (Estatutos). Salientou a importância dos desafios associados à qualidade de vida e ao bem-estar das pessoas, na procura da harmonia das relações interpessoais, da qualidade dos ambientes de trabalho, seja no plano da educação, seja no plano da investigação e da própria administração, mas com particular expressão nas condições que a Universidade poderá oferecer aos seus estudantes. Por último, fez referência aos desafios que se impõem à Universidade ao nível da preservação e renovação do património edificado e património natural, bem como à sustentabilidade financeira da instituição.

Identificou de seguida as orientações assumidas no Plano de Ação como sendo estratégicas para a Universidade fazer face aos desafios anteriormente descritos, corporizadas naquilo que designou por agendas institucionais - a transformação da educação; a qualidade da investigação e da inovação; a promoção da cultura e desenvolvimento do território; o reforço da internacionalização; a qualidade de vida nos *campi* e bem-estar; a qualidade institucional e simplificação administrativa; a estabilidade e autonomia financeira e a reforma institucional – e às quais corresponde um conjunto de objetivos programáticos, com a indicação das iniciativas a levar a cabo e os seus indicadores de realização. A título exemplificativo, apresentou alguns dos objetivos programáticos no âmbito agenda da transformação da educação, designadamente, o recrutamento de novos públicos estudantis; a promoção da inclusão e do acompanhamento dos estudantes como prática sistemática dentro da instituição; o aprofundamento dos objetivos associados à atividade do colégio doutoral e o programa anual de qualificação pedagógica dos docentes. Afirmou que, do seu ponto de vista, o Plano de Ação está enquadrado numa leitura daquilo que são as caraterísticas especificas da região, das orientações já fixadas, ou que se conseguem antecipar, em matéria de políticas públicas para a área da educação do ensino superior e da investigação, bem como das orientações que a própria União Europeia vem assumindo nesta matéria. Disse tratar-se de um plano ambicioso, exequível e que pretende induzir transformações qualitativas na Universidade, devendo esta ser capaz de se repensar enquanto organização, sendo sensível àquilo que são as expetativas que sobre ela são colocadas, enquanto motor de desenvolvimento, bem como às necessidades e aos desafios próprios dos corpos que a constituem. Afirmou ser a sua convicção que o cumprimento do Plano de Ação apresentado tornará a Universidade mais forte e mais reconhecida, sobretudo como instituição transformadora das pessoas, de outras organizações, da sociedade e da economia. Terminou a sua intervenção, referindo que que o Plano de Ação tem subjacente o cumprimento dos objetivos que presidiram à criação da Universidade nesta região e recordou a proximidade da celebração do 50.º aniversário da UMinho, considerando que nessa ocasião deverá ocorrer uma reflexão de fundo sobre a instituição, sobre o sistema do ensino e investigação superior em Portugal, bem como sobre o país, que aí comemorará 50 anos de democracia.

O debate teve início com a intervenção do Conselheiro Nuno Cerca que fez referência ao objetivo programático de reforço do corpo dos investigadores, concretamente no que respeita à revisão do regulamento da carreira, recrutamento e contratação do pessoal investigador em regime privado, cujo indicador de realização está previsto para 2023. No seu entender, este regulamento poderá vir a ser sujeito a várias revisões, dado que se assiste atualmente no panorama europeu a uma alteração do paradigma da avaliação dos investigadores, com vista a que a mesma se foque menos em indicadores e métricas, o que conduzirá necessariamente a uma reflexão em Portugal sobre o modo como a avaliação dos investigadores deverá ser realizada no futuro. Recordou ter sido muito criticado pelos investigadores o facto de o regulamento de avaliação dos investigadores da Universidade prever uma avaliação bianual, na medida em que, sendo reconhecido que a atividade de investigação de qualidade necessita de horizonte temporal longo, períodos de avaliação mais curtos não refletem a verdadeira atividade de investigação desenvolvida. A este propósito, questionou o Reitor se estaria

disponível para repensar a questão da avaliação bianual, equacionando o seu alargamento para um período de três anos, à semelhança do que acontece na carreira dos docentes.

O Conselheiro Tiago Miranda disse que da sua intervenção não resultaria nenhuma questão concreta a colocar ao Reitor, e que nela realizaria uma avaliação geral dos aspetos do documento que lhe pareceram mais importantes e que estariam na base do seu sentido de voto relativamente ao Plano de Ação apresentado. Assinalou como primeiro aspeto o facto de este Plano de Ação dizer respeito a um segundo mandato do Reitor e nele não ser feita qualquer referência ao plano de ação do mandato anterior, na medida em que algumas das medidas agora propostas já lá constavam, e seria importante saber quais dessas foram concretizadas e de que forma é que este plano concretiza uma visão de Universidade que foi iniciada no mandato passado. O segundo aspeto prende-se com o facto de o documento elencar um conjunto vasto de iniciativas e todas elas terem o mesmo nível de detalhe, sendo que, no seu entender, as mais estruturantes deveriam estar mais detalhadas, designadamente, a iniciativa de obtenção de um empréstimo para a Universidade. Considerou que uma medida como esta, que é completamente disruptiva relativamente àquilo que é a prática no ensino superior em Portugal, deveria ser melhor explicada e sujeita a análise pelo Conselho e outros órgãos da Universidade, partindo do pressuposto de que já deva existir informação sobre a negociação com os bancos, uma vez que a sua concretização está já prevista para o ano de 2022. Outra medida que entendeu dever ser mais explicitada diz respeito ao desenvolvimento de novos polos da Universidade, com foco na investigação, inovação e articulação com as autarquias, cujo indicador de realização apresentado é o número de novos polos. No seu entender, o indicador de realização da expansão da Universidade não deverá ser o número de novos polos e uma medida como esta deveria identificar, pelo menos, uma visão geral, do onde, do como, para quê, com quem e para servir que objetivos. Mostrou preocupação com o facto de muitas das iniciativas inscritas no plano serem bastante onerosas, dado tratar-se de programas de requalificação de infraestruturas pedagógicas, ações de conservação e reabilitação dos edifícios da Universidade, construção de um conjunto de edifícios, e, considerando que a situação financeira da Universidade é muito débil, pareceu-lhe importante que houvesse referência neste documento à folga da Universidade para o financiamento destas medidas, ou a indicação de que elas estarão apenas dependentes de fontes financeiras externas que não são passíveis de controlar. Salientou também o facto de o Plano de Ação não fazer referências a medidas que permitam à Universidade poupar dinheiro e, relativamente à medida de Fundraising, considerou que, tal como está inscrita, ela é pouco ambiciosa, dado que apenas prevê uma receita de 600.000€ em quatro anos. Por último, fez referência ao facto de o Reitor afirmar que o Plano de Ação em análise vem no seguimento do programa que apresentou em sede de candidatura, mas o seu entendimento é de que houve alguns retrocessos em medidas importantes, designadamente, no programa de ação eleitoral estava inscrita a medida de construção do edifício do UMinho Clinical Centre e, neste Plano Ação, a iniciativa continua inscrita, mas com um indicador de realização de evolução no projeto, o que é uma diferença significativa. Afirmou que o mesmo acontece com as residências universitárias, dado que no programa de ação eleitoral estava prevista a construção de duas residências universitárias – Braga e Guimarães, e neste Plano de Ação mantém-se a medida, mas com um indicador de realização de evolução do projeto, o que constitui um recuo significativo daquilo que foi colocado

à consideração do Conselho há poucos meses atrás, sendo que as condições que se conheciam na altura não sofreram alterações significativas. Fez também referência à inscrição da iniciativa de construção da sede da AAUM, relembrando que na reunião do Conselho Geral de dezembro de 2020, foi apresentado o projeto da nova sede, e foi referido na altura pelo Pró-Reitor responsável pelas infraestruturas que a construção da sede estaria realizada em noves meses (final do ano de 2021), sendo que o que é agora previsto é que a construção da sede da AAUM está balizada para o período 2022-2025, num período de tempo que vai até ao final do mandato. Concluiu a sua intervenção afirmando serem estes os fundamentos que conduziriam à sua posição de votar contra o Plano de Ação apresentado.

Foi conferida a palavra ao Conselheiro Tiago Silva que considerou faltar no documento em apreciação um enquadramento histórico, dado tratar-se de um Plano de Ação para um segundo mandato do Reitor, de modo a possibilitar a análise do seu enquadramento naquilo que foi ou não executado no plano de ação do mandato anterior. Para além disso, considerou faltar uma visão clara para o futuro da Universidade, recordando que as restantes instituições de ensino superior também procurarão estar mais fortes, e não fica claro no Plano de Ação apresentado quais os objetivos e a visão para a Universidade – se melhorar mais do que as instituições congéneres ou apenas acompanhar o seu desenvolvimento geral. Ao nível financeiro, entendeu existirem aspetos que carecem de explicações adicionais, como por exemplo, a criação de novos cursos para captação de novos públicos. Disse ser evidente que isso acarretará um esforço docente muito mais significativo, estando previsto um reforço da capacidade de docência da Universidade por via do PRR, mas, tratando-se o PRR de uma medida conjuntural, questionou de que modo conseguirá a Universidade manter a contratação desses docentes após o término dos financiamentos por essa via, o mesmo acontecendo com a criação de novos polos e reequipamentos previstos, também eles muito dependentes de financiamento que a Universidade não consegue controlar. Sobre a interação da Universidade com a sociedade, em particular no que à identificação de instituições que poderão vir a ser parceiras da Universidade diz respeito, considerou ter sido pertinente o documento fazer referência ao histórico das parcerias já existentes com empresas, com outras universidades e com câmaras municipais, de modo a ser percetível de que base se parte para as parcerias futuras. No que concerne ao funcionamento da Universidade na área da investigação, fez referência ao facto de o Plano de Ação prever uma particular atenção à gestão dos projetos com orçamento acima dos 500.000€, mas o seu entendimento é o de que, mais do que o valor do financiamento, deverá ser tida em atenção a diferenciação de tipologia de projetos e as suas fontes de financiamento, na medida em que os danos para a Universidade da não execução de um projeto financiado pelo programa Horizonte 2020 ou Horizonte Europa, ainda que com montantes abaixo dos 500.000€, poderão ser muito mais significativos do que a não execução de um projeto financiado pelos programas do INTERREG com valores superiores. Por último, e no que se refere às medidas inscritas no Plano de Ação sobre a simplificação de processos, considerou não ser suficiente a medida operacional de redução dos tempos, nomeadamente nas aquisições de bens e serviços e nos processos de contratação, entendendo ser também necessário rever profundamente os processos, dado que há passos a eles associados que não fazem sentido por não acrescentarem qualquer valor ao procedimento/decisão. Neste âmbito, questionou o Reitor sobre as ações que irão ser levadas a cabo com vista a criar níveis de

responsabilidades e autonomias intermédios, que possibilitem a redução significativa do número de passos associados a estes processos.

O Reitor agradeceu as questões colocadas e, relativamente à intervenção do Doutor Nuno Cerca, destacou a questão da avaliação dos investigadores e da atividade de investigação, considerando que ela está sujeita a uma profunda revisão no contexto europeu, pelo que a Universidade deverá acompanhar as reorientações que possam advir relativamente a esta matéria e refletir as novas tendências nos documentos internos da Universidade. No seu entender, importa relevar a metodologia que será adotada para levar a cabo a revisão da regulamentação interna, estando ele próprio e os membros da Equipa Reitoral disponíveis para desenvolver uma metodologia altamente participativa tendente à revisão do regulamento de avaliação, para a qual os contributos do corpo dos investigadores serão altamente considerados. Relativamente à intervenção do Conselheiro Tiago Miranda, considerou que os argumentos apresentados não são convincentes do seu sentido de voto e discordou da afirmação de que não houve avaliação da atividade do Reitor no quadriénio anterior, dado que ela ocorreu nos momentos estatutariamente previstos, concretamente, no exercício de avaliação dos Relatórios Anuais de Atividades da Universidade pelo Conselho. Do seu ponto de vista, considerou haver inscrição no passado, na medida em que no documento é brevemente traçado um histórico, há uma referência a documentos que balizaram a ação da Universidade, bem como um inventário sobre aquilo que são desafios colocados à instituição, tendo por base o percurso realizado pela Universidade ao longo dos anos. Quanto à referência de que o documento não hierarquiza devidamente as ações, considerou que ele o faz a vários níveis, quando define as prioridades estratégicas e os objetivos programáticos em cada uma das agendas institucionais, o que contribui para um exercício permanente de hierarquização e valorização. Relativamente ao financiamento da construção e recuperação de edificado, recordou que, dada a situação financeira da Universidade, não é possível recorrer a receitas próprias para levar a cabo esse tipo de projetos, ficando assim largamente dependente dos programas de financiamento. Contudo, no seu entender, apesar destes constrangimentos, considerou que o caminho mais adequado é o de Universidade antecipar aquilo que são cenários de financiamento e, na medida do possível, procurar conceber e iniciar o desenvolvimento de projetos, como por o exemplo a construção das residências universitárias, da sede da AAUM e do edifício da UMinho Digital Clinical Centre. A propósito da construção das residências universitárias, disse ter vindo a ser feito um esfoço enorme nos últimos anos, desde logo para garantir transferência de propriedade com apoio das autarquias, havendo equipas da Universidade a trabalhar em conjunto com as equipas das câmaras municipais no desenho dos projetos, estando prevista a apresentação até 28 de fevereiro da manifestação de interesse para a construção de duas residências. Relativamente à sede da AAUM, disse existir um esforço notável da parte da própria Associação no financiamento do projeto, tratando-se, contudo, de um processo complexo e cujas respostas nem sempre são tão imediatas como o desejável. Em resposta à intervenção do Conselheiro Tiago Silva, disse não partilhar da afirmação de que o documento carece de uma visão clara para o futuro da Universidade, na medida em que o enunciado do Plano de Ação deixa perceber qual é essa visão através da definição clara das prioridades estratégicas e dos objetivos programáticos. Relativamente aos novos públicos, referiu que existe em Portugal uma grande dificuldade de fazer regressar às Universidades os seus ex-alunos,

e que isso revela uma dificuldade das IES em dar resposta àquilo que são novas necessidades dos mercados de trabalho, caraterizados por uma muito rápida obsolescência das competências das pessoas. Considerou que há nesta matéria um esforço que tem de ser feito pela Universidade, como condição para afirmar a sua relevância, aproveitando uma oportunidade para reorientar a oferta educativa da Universidade, sem esquecer que os cursos conferentes são a essência da Universidade, mas valorizando outros públicos e outras modalidades de formação, de forma a consolidar socialmente a ideia de que regressar à Universidade é bom para as pessoas, para as organizações e para a sociedade no seu conjunto. Ainda neste âmbito, informou que o que é pretendido com o recurso ao PRR é utilizar os seus efeitos estruturais para que que Universidade possa transformar a sua atuação no campo da educação em colaboração com os empregadores, sejam eles públicos ou privados, de modo a garantir uma efetiva adequação da oferta educativa às necessidades do mercado. Concordou com o facto de os novos polos requererem um financiamento que não é controlável, mas entendeu que, havendo oportunidades que são oferecidas, muito embora a Universidade tenha de fazer alguns investimentos, a Universidade deverá avançar neste sentido, como condição para uma mais forte inserção no território, mas também como forma de conseguir novas condições de trabalho para as equipas de investigação, apresentando como exemplo a criação do polo de Famalicão e as iniciativas em curso com a Câmara Municipal de Esposende.

A Conselheira Patrícia Maciel referiu que, muito embora considere que o Plano de Ação em apreciação não deva realizar uma revisão do plano de ação anterior, gostaria de ver nele inscrita alguma aprendizagem daquilo que foi a experiência da sua concretização e recordou que ainda não foi aprovado o último relatório de atividades do mandato anterior do Reitor, entendendo que deverá ser nesse relatório, que reflete a totalidade do mandato, que deverá ser feita uma avaliação de como foi cumprido o Plano de Ação 2017-2021. Considerou tratar-se de um plano ambicioso, mas pareceu-lhe que algumas das iniciativas nele inscritas não são exequíveis, pelo que a sua taxa de execução ficará aquém daquilo do que seria expetável. Secundou as intervenções anteriores no que respeita à desigualdade de detalhe de algumas medidas, apresentando como exemplo a que se refere à criação de novos polos que, no seu entender, carecia de uma maior especificação. Mostrou descontentamento com o facto de existirem alguns objetivos que sofreram uma diminuição significativa na ambição para a sua concretização, considerando que um dos objetivos no qual o recuo é particularmente preocupante é o da renovação do corpo docente, na media em que o objetivo inscrito como meta para 2025 é apenas a definição de planos de renovação. A este propósito, recordou que no estudo promovido pelo Conselho em 2020, foi identificado como sendo uma necessidade urgente a renovação do corpo docente da Universidade e o Plano de Ação em apreciação não identifica claramente quais as medidas específicas que vão ser tomadas. No contexto do financiamento, referiu estar muito explicito no Plano de Ação a formação de técnicos de apoio às candidaturas e à gestão de projetos, sendo que a meta será o número de técnicos especializados, e questionou se este número será de técnicos contratados ou se passará apenas pela formação específica dos técnicos já existentes.

A Conselheira Cláudia Pascoal começou por referir que os desafios com os quais a Universidade se depara são múltiplos e para que a Universidade se possa afirmar, face às restantes instituições de ensino superior, como um grande de centro de investigação e desempenhar um papel essencial de preservação, disponibilização e aplicação do conhecimento, deverá atuar com muita celeridade e realizar investimentos avultados. Relativamente à expansão por via de novos polos, fez referência ao projeto do Ocean Campus, para o qual houve uma mobilização de diferentes atores e um investimento muito grande privado com as autarquias, Fundação Gulbenkian e Champalimaud, e entendeu que a Universidade também deverá chamar outros parceiros de modo a captar o investimento privado, considerando que esse é um caminho no qual a aposta terá de ser muito forte e todas as iniciativas nesse sentido deverão ser fortemente incentivadas. Salientou a importância de incrementar a qualidade no que respeita à transformação da educação, de melhorar a qualidade das infraestruturas físicas, tecnológicas e dos espaços, dado que as infraestruturas pedagógicas e as condições do ensino experimental estão degradadas, mas, face à situação financeira da Universidade, questionou o Reitor sobre a forma como isso se vai materializar, quais as prioridades, se as UOEI se irão pronunciar e se irão decorrer concursos de ideias e de projetos para a requalificação. Relativamente à investigação e inovação, disse não fazer a leitura do Reitor quando este diz que o número de investigadores tem aumentado, na medida em que os contratos agora existentes foram celebrados com os mesmos investigadores que até então eram bolseiros financiados pela FCT e/ou por outras fontes de financiamento. Considerou importante a existência de uma estratégia concreta para o aumento do número de investigadores e para criar condições para cativar e manter os melhores investigadores nacionais ou internacionais, e não apenas o recurso ao Concurso Estímulo ao Emprego Científico (CEEC) individuais e institucionais, afirmando que critérios para a atribuição dos CEEC institucionais não têm sido particularmente claros e a Escola de Ciências tem sido sistematicamente penalizada. Quanto à agilização dos processos, nomeadamente no que à redução dos tempos dos processos de contratação de bens e serviços diz respeito, questionou se a estratégia será de incrementação das plataformas ou de redesenho das plataformas existentes para que elas intercomuniquem, considerando que qualquer uma delas implicará um investimento muito elevado. Relativamente à contração de um empréstimo bancário no ano em curso, considerou tratar-se de uma matéria muito delicada e questionou de que forma será concretizado esse empréstimo e qual o plano de contingência em vista, na eventualidade de a Universidade não ter capacidade para contrair o empréstimo, na medida em que a Universidade está subfinanciada ao nível do Orçamento de Estado (OE) e não vê nenhuma proposta de plano de negociação para corrigir esta situação, que é tão desvantajosa para a Universidade.

O Conselheiro Luís Santos informou que, dado que o documento se encontrava fechado, e não havendo assim lugar a alterações, iria fazer apenas um comentário geral ao documento e não colocaria nenhuma questão. Começou por fazer referência ao ponto 2. do Plano de Ação, páginas 10 e 11, afirmando estar de acordo com o texto do mesmo, por se tratar de um excelente diagnóstico, mas considerou importante que a partir desse diagnóstico tivesse sido feita uma avaliação concreta do plano de ação do quadriénio anterior, concretamente, que medidas foram ou não cumpridas e quais as que foram transportadas para o novo plano. Referiu que, em alguns casos, é quase como se não houvesse memória na Universidade, assemelhando-se a um documento

elaborado por alguém externo à Universidade. Na sua opinião, a intenção deste documento pareceu-lhe ser a de apresentar um conjunto de generalidades e um significativo número de itens, de modo a retirar o foco na estratégia de ação proposta. Fez referência ao facto de existirem oito agendas, setenta e três objetivos operacionais e duzentos e quarenta e um indicadores de realização, relevando que estes números significam que em média tem que ser cumprido um objetivo em de cada seis dias. Considerou não ser suficiente ter uma listagem infindável de iniciativas, mas importa ver como é que elas se vão distribuir no tempo, sendo que 17% das iniciativas estão propostas para realização em 2022; 6% vão acontecer em 2023; 2,5 % em 2024; 2,5% em 2025 e 48% das propostas para acontecer entre 2022 e 2025. No seu entender, o documento possui uma estrutura narrativa complexa, e constitui não um Plano de Ação, mas sim uma lista de gestão corrente, não lhe parecendo haver nele inscrita uma gestão estratégica para um quadriénio, nem um sinal de estratégia para cada um dos anos. Chamou a atenção para o facto de, ao não existir um plano concebido com coerência, com objetivos claros enunciados e com momentos de concretização específicos, não é possível ao Conselho, e aos restantes órgãos da Universidade, efetuar o vital acompanhamento, avaliação e ajuste ao Plano de Ação apresentado, não servindo assim o interesse da Universidade. Referiu que foi apresentado um documento com estrutura, mas sem rota, sem horizonte, sem ambição e sem sinais mobilizadores tão importantes nos tempos que correm quer para estudantes, quer para funcionários, quer para investigadores, quer para docentes. Terminou a sua intervenção deixando nota de que, apesar de uma liderança que não planeia, que não avalia e que não ouve, a Universidade vai continuar a existir, dinâmica, inventiva, empreendedora, solidária e relevante para a região.

Foi conferida a palavra ao Reitor que agradeceu as intervenções e, relativamente ao grau de detalhe do documento, disse ser necessário ter presente que o Plano de Ação para o quadriénio será posteriormente detalhado nos diferentes Planos de Atividades anuais, pelo que que considerou que a informação nele constante é a adequada. Discordou da afirmação de que o documento não possui ambição nem capacidade mobilizadora, e entendeu que um documento com esta natureza, para ser um documento mobilizador, deverá ser capaz de apontar para mais longe, e não apenas dar resposta aquilo que são condições de conjuntura, admitindo que poderá haver medidas que, verificada a inexistência de condições adequadas, poderão não ser concretizadas, e que haverá medidas agora não previstas e que se virão a concretizar. No caso das residências universitárias, referiu que os tempos de concretização estão claros no enquadramento legal existente e, dado que este projeto será desenvolvido no âmbito do PRR, a Universidade deverá obedecer à calendarização definida no programa - financiamento comprometido até 2023 e obras terminadas até ao final do primeiro semestre de 2026. Relativamente ao plano de renovação do corpo docente, esclareceu que a redação não é a mais correta, na medida em que as iniciativas a concretizar não se cingirão apenas à definição de um plano, mas incluirão também a operacionalização do mesmo. No que respeita ao apoio da gestão de projetos, disse ser a sua convicção de que a Universidade deverá aumentar a capacidade e competitividade neste domínio, existindo já de facto um reforço dos recursos humanos da Universidade nesta área. Reportando-se à intervenção da Conselheira Cláudia Pascoal, concordou que a Universidade deverá explorar todas as oportunidades que lhe são proporcionadas, quer pela região em que está implantada, quer pela sua rede de

parceiros, com vista a suportar a sua atividade de investigação e de educação. Reconheceu que a infraestrutura pedagógica é uma área crítica, assumida como tal no documento, e disse existirem ideias claras sobre quais as instalações que irão ser alvo de investimentos no sentido da melhoria das condições de trabalho, processo que será realizado em articulação estreita com as UOEI. Ainda neste âmbito, e concretamente em relação à Escola de Ciências, fez referência ao que está estabelecido para os laboratórios de Química, que serão alvo de uma intervenção prioritária no processo de recuperação da infraestrutura, como serão também alguns dos espaços comuns. Sobre o aumento do número de investigadores, referiu que a Universidade tem vindo a aumentar o número de investigadores de carreira, através da mobilização de receitas próprias ou com recurso aos programas de estímulo ao emprego científico. Discordou da afirmação de que os critérios de atribuição dos CEES institucionais não são claros, dado que esses critérios foram debatidos e consensualizados com os centros de investigação e com as UOEI, e a aplicação desses critérios não suscitou, pelo menos que seja do seu conhecimento, nenhuma discordância. Sobre a contração de um empréstimo bancário, informou que, a verificar-se essa situação, ela deverá estar vinculada exclusivamente ao crescimento da agilidade da Universidade na gestão dos projetos de investigação, face às dificuldades de obtenção do reembolso atempado por parte das agências financiadoras, que coloca à Universidade problemas de tesouraria significativos. Sendo esta a única finalidade da obtenção do empréstimo, refutou a ideia de que, no caso do empréstimo não se concretizar, ficar em causa a realização de um conjunto de medidas inscritas no Plano de Ação apresentado. Relativamente à intervenção do Conselheiro Luís Santos, considerou tratar-se de uma interpretação do documento que não é a sua, entendendo que nele há memória, estratégia e ambição e não apenas um acumular de itens.

O debate prosseguiu com a intervenção da Conselheira Joana Arantes, que começou por fazer referência ao objetivo programático respeitante ao reforço do corpo de investigadores da Universidade, no quadro das políticas públicas de promoção do emprego científico, questionando de que forma será ampliado o corpo de investigadores de carreira da Universidade. Em concreto, se a Reitoria assumirá o compromisso de abrir vagas para investigadores de carreira em todas as UOEI nestes próximos quatro anos, dado que os programas já existentes da parte da FCT, designadamente o CEEC Individual, não configura vagas para investigadores de carreira, mas apenas contratos com uma duração de seis anos, dando continuidade à grande instabilidade que carateriza a situação contratual dos investigadores da Universidade. Fez de seguida menção à agenda para a promoção da qualidade de vida e bem-estar na Universidade, mostrando preocupação pelo facto de nela não estar inscrita nenhuma iniciativa relacionada com a promoção da saúde mental dirigida a todos os membros da Comunidade Académica – estudantes, docentes, investigadores e trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão (TTAG). Neste âmbito, chamou a atenção para o facto de a pandemia ter aumentado significativamente o número de pessoas que necessitam de apoio psicológico, o que constitui um desafio para os próximos anos, razão pela gostaria de ter visto no Plano de Ação um compromisso maior com o cuidar da saúde mental de todos os membros da Comunidade Académica. Por último, reiterou as intervenções anteriores no que respeita ao retrocesso nos processos de construção das duas residências universitárias.

A Conselheira Ana João Rodrigues considerou que o Plano de Ação em análise é bastante ambicioso e contém muitos objetivos programáticos, dos quais uma grande parte requer financiamento significativo. No seu entender, para além da referência ao empréstimo bancário destinado à investigação, o Plano de Ação é muito pouco claro quanto às medidas que irão ser tomadas para mitigar a situação do subfinanciamento. Relativamente aos objetivos programáticos da agenda para a investigação e inovação, concretamente no que respeita à ampliação do número de contratos de investigadores, e sendo a carreira dos investigadores tão central para o futuro da Universidade nos próximos anos, considerou que os indicadores de realização deveriam ser melhor explicitados, na media em que se referem números de investigadores, mas não se concretiza de modo a aferir se esse número está, por exemplo, alinhado com os 10% de investigadores dos laboratórios associados. Ainda no âmbito da investigação, e no que respeita à agenda para a qualidade institucional e simplificação administrativa, discordou do facto de só os projetos de grande dimensão poderem requerer procedimentos especializados de apoio à sua gestão, dado que há projetos com menor valor de financiamento que são igualmente prestigiantes para a Universidade e que têm o mesmo direito a ter uma concretização expedita, entendendo que a questão da simplificação e celeridade na concretização deverá ser transversal a todos os projetos, independentemente do volume de financiamento. Relativamente à simplificação administrativa, e face ao desapontamento da Comunidade Académica com a burocracia associada a diversos processos administrativos, considerou que o Plano de Ação foi pouco ambicioso nos prazos da sua concretização, na medida em que muitas das ações só terminarão em 2023 e 2024, entendendo que deverão ser já implementadas no ano em curso medidas com vista a simplificar os processos de contratação de bens e serviços e a contratação de pessoas, sob pena de a Universidade perder competitividade e ver a sua imagem fragilizada junto dos seus fornecedores e parceiros externos.

No entender do Conselheiro João Rosas, o Plano de Ação apresentado ao Conselho é um documento que configura uma agenda extremamente exigente, com medidas específicas bem detalhadas e com indicação do tempo em que elas deverão ser concretizadas, e recordou que o Projeto Barómetro tornará o seu acompanhamento mais claro e rigoroso. Considerou existir um caderno de encargos muito importante, o que demonstra uma grande ambição para a Universidade e um elevado grau de exigência imposto ao Reitor e à sua equipa que deve ser salientado. Relativamente à maior ou menor pormenorização das medidas inscritas, entendeu que o que o Plano de Ação faz é encontrar um equilíbrio entre as medidas propostas, que são muitas, e um grau de detalhe que não pode ir muito mais além num documento com estas caraterísticas. Das agendas inscritas no documento, identificou a questão da qualidade institucional e simplificação administrativa como sendo particularmente importante, na medida em que ela é transversal a toda as outras, juntamente com a questão financeira, e apelou ao Reitor para que seja dada prioridade a esta agenda, dado que ela irá determinar, em grande medida, o sucesso das restantes agendas.

O Reitor esclareceu que, relativamente aos investigadores, o compromisso será o de reforçar o corpo de investigadores de carreira, não podendo, no entanto, afirmar que essa ampliação venha a ter a mesma expressão em todas as UOEI, tratando-se de uma matéria que terá de ser discutida com as diferentes unidades

e que requererá a ponderação suficiente para acautelar eventuais situações de instabilidade financeira acrescidas no futuro. Reconheceu que o Plano de Ação é omisso no que diz respeito a ações estratégicas com vista chamar a atenção do poder central para a situação de subfinanciamento da Universidade, mas afirmou que tem vindo a sensibilizar vários atores políticos para esta questão, que é completamente crítica para a Universidade, bem como no sentido de evidenciar os desequilíbrios hoje existentes entre várias universidades. Afirmou que não haverá diferenciação na atenção dada à gestão dos projetos de investigação, mas que será procurada uma melhoria generalizada e transversal a todos os projetos, ainda que, pelas suas caraterísticas próprias, haverá projetos que requererão uma maior atenção e maior dedicação de recursos humanos no apoio à gestão dos mesmos. Disse ter a noção de que o Plano de Ação é exigente, sobretudo para quem sobre ela se responsabiliza, e que o escrutínio sobre o seu cumprimento vai ser maior e mais facilmente tornado público por efeito da adoção do Barómetro. Informou que a Equipa Reitoral está a dar a máxima atenção à qualidade institucional e à simplificação administrativa, havendo já um conjunto de iniciativas realizadas e outras que estão em curso, quer ao nível dos sistemas de informação existentes e a desenvolver, assumidas em função do reconhecimento da relevância para o funcionamento da Universidade e de ganhos de natureza financeira. A este propósito, solicitou à Presidente a possibilidade de, numa das próximas reuniões do Conselho, ser dedicado algum tempo à apresentação da estratégia que está já a ser desenvolvida.

A Presidente conferiu a palavra ao Conselheiro Paulo Sampaio que manifestou o seu total apoio ao Plano de Ação apresentado, considerando-o ambicioso e com inscrição de agendas que permitirão melhorar o desempenho da Universidade nos próximos anos. Na sua opinião, há agendas mais críticas e mais urgentes, destacando as relacionadas com a qualidade institucional e simplificação administrativa; com a estabilidade e autonomia financeira e com a reforma institucional, por se tratar de agendas que impactam significativamente nas restantes merecendo, por isso, maior prioridade. Concluiu a sua intervenção, solicitando ao Reitor para que se comprometa efetivamente na concretização do Plano de Ação apresentado, de modo a conseguir ter uma Universidade melhor em 2025.

A Conselheira Delfina Gomes felicitou o Reitor pelo Plano de Ação apresentado ao Conselho e disse acreditar que tanto o Reitor, bem como a Equipa Reitoral, o executarão tal como está previsto, garantindo assim o sucesso da instituição nos próximos anos. Fez de seguida referência ao facto de o Plano de Ação não prever a obrigatoriedade de adoção do sistema de Contabilidade de Gestão, decorrente do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, considerando que a sua omissão não será impeditiva da implementação do mesmo. Neste âmbito, questionou o Reitor se está prevista a sua adoção, salientando a necessidade de a Universidade ter um sistema de contabilidade de gestão que constitua um apoio efetivo à tomada de decisão, em particular dada a atual situação financeira da Universidade, e atendendo também a que ele poderá funcionar como instrumento de apoio a medidas concretas que estão no Plano de Ação em diferentes iniciativas, como por exemplo, o acompanhamento dos contratos-programa das UOEI e a sensibilização e a adoção de medidas de estímulo ao controlo dos gastos gerais.

Usou da palavra a Conselheira Isabel Soares que também considerou o Plano de Ação apresentado muito ambicioso, parecendo-lhe claro que para a sua concretização a Universidade necessitará de delinear uma estratégia política por forma a exercer pressão junto do poder central, através da mobilização de parceiros regionais, para além dos municípios e das autarquias, em particular o Consórcio UNorte e a CCDRN. Relevou o papel que o Consórcio UNorte e a CCDRN poderão desempenhar como redes de apoio e de pressão política num cenário regional, sendo este o momento-chave para a Universidade se posicionar nesta rede com vista à concretização de objetivos específicos. Neste âmbito, referiu que o objetivo programático inscrito no Plano de Ação com vista a reforçar a qualidade das infraestruturas de apoio à investigação, físicas e tecnológicas, melhorando as condições de acolhimento de investigadores e de desenvolvimento dos projetos, faz claramente um apelo ao Consórcio UNorte para levar a cabo ações junto de potenciais entidades financiadoras, e questionou o Reitor sobre qual a estratégia prevista para a concretização deste indicador.

A partir da intervenção do Conselheiro Paulo Sampaio, o Reitor salientou o facto de, apesar de na concretização do Plano de Ação o Reitor e a Equipa Reitoral terem especiais responsabilidades, este deverá ser um plano mobilizador para a ação da Universidade no seu conjunto, por forma a que os processos de transformação organizacionais decorram com o envolvimento de todos os membros da Comunidade Académica, sobretudo no que respeita às agendas estruturantes e com impacto em todas as dimensões de atividade da Universidade. Relativamente à adoção de um sistema de contabilidade de gestão, concordou que o Plano de Ação teria ganho com a inscrição explícita desta iniciativa, sobretudo pela relevância que a contabilidade de gestão tem no apoio à tomada de decisão ao mais alto nível dentro da Universidade. Relativamente à intervenção da Conselheira Isabel Soares, disse que a mesma sinaliza uma dimensão de atuação, sobretudo do Reitor, que é cada vez mais relevante, a chamada ação na esfera política, que tem muitas materializações, no plano nacional, regional e interinstitucional. Informou o Conselho que tem vindo a dedicar bastante do seu tempo a esse tipo de interações, sobretudo no sentido de tornar evidente aos diferentes atores políticos as perturbações com as quais as IES vivem atualmente. Referiu que a aposta que está anunciada no sistema regional de inovação abre oportunidades únicas para as universidades no seu conjunto, até agora não existentes, e que a UNorte constitui um instrumento importante na articulação de estratégias das várias universidades, aumentando assim a capacidade de estas influenciarem a decisão junto do poder central. Fez também referência às articulações entre as entidades do sistema de ensino superior que atuam ao nível das Comunidades Intermunicipais do Ave, do Cávado e do Alto Minho, procurando estabelecer convergências entre a UMinho e os Institutos Politécnicos da região. Ainda neste âmbito, considerou que, para além do papel diferenciado devido ao representante máximo das instituições, um envolvimento ativo dos Conselhos Gerais das diferentes universidades nesta matéria poderá ter um impacto significativo junto dos diferentes atores políticos.

A Presidente recordou que esta matéria estava inscrita no plano de atividades do Conselho para 2022, tendo sido decidido aguardar os desenvolvimentos político-institucionais que estão em curso, manifestando ao Reitor a sua disponibilidade, bem como a do Conselho em conjunto ou em ações individuais, para participação em audiências com os responsáveis políticos, na altura considerada oportuna.

O Conselheiro Rui Oliveira começou por fazer referência à transformação da educação que é apresentada no Plano de Ação, e questionou qual o plano de diferenciação que está a ser equacionado pela Universidade em relação a outras instituições, de modo a tornar o seu modelo de educação mais atrativo para os Estudantes no momento de escolherem a universidade que quererem frequentar. Considerou que esta questão não pode ser dissociada daquilo que são os espaços pedagógicos e os espaços complementares, na medida em que o crescimento das universidades não acontece apenas em contexto letivo, mas também em outros contextos de socialização. Neste sentido, questionou o Reitor sobre a estratégia prevista com vista à complementaridade da readaptação dos espaços de educação com os espaços de convívio, nos quais os membros da Comunidade Académica possam interagir de uma forma informal e promover o crescimento pessoal. Mostrou preocupação com o facto de o financiamento dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM) por via do OE continuar a ser menor, relativamente a outras IES. Sobre esta matéria, questionou o Reitor se se irá manter a independência administrativa e financeira dos SASUM e, sendo esse o compromisso deixado aquando da sua candidatura ao cargo de Reitor, como é que vai ser conseguido o funcionamento desses serviços sem a dependência da transferência de verbas pela Universidade. Por último, e na sequência da intervenção da Conselheira Isabel Soares sobre a política externa, referiu a falta de atenção da sociedade em geral para o ensino superior, que se reflete posteriormente no orçamento que lhe é concedido, e entendeu que na definição da estratégia da Universidade para efeitos de pressão sobre o poder político deverá existir um maior envolvimento de todos os vários órgãos da Universidade, da AAUM e das câmaras municipais, em alinhamento conjunto de forças de modo a dotar a Universidade de maior influência política.

Seguiu-se a intervenção do Conselheiro Duarte Lopes, que relevou a inscrição no Plano de Ação da revisão do Regulamento de Avaliação dos Docentes, e questionou o Reitor sobre a metodologia a adotar para levar a cabo essa revisão, em particular de que forma é que os estudantes poderão ser envolvidos nesse processo, por considerar fundamental que isso aconteça. Ainda dentro do processo desta revisão, chamou a atenção para que nela seja atribuída uma maior relevância àquela que é a prática de lecionação, à compensação e à inovação pedagógica de boas práticas de ensino. Considerou também positiva a inscrição no Plano de Ação de medidas relacionadas com a internacionalização, quer na frente da investigação, assim como na do ensino, e chamou a atenção para a necessidade de se promoverem iniciativas que permitam uma correta e mais abrangente integração dos estudantes internacionais no seio da Comunidade Académica. Ainda sobre estes estudantes, recordou que os custos associados à sua frequência são mais avultados, e questionou se, sobretudo no que respeita aos estudantes oriundos da CPLP, está prevista alguma revisão do valor das propinas, à semelhança do que é feito em outras instituições. Relativamente à sede da AAUM, concordou que deverá existir maior ambição no cumprimento de prazos e informou que está a ser feito um caminho positivo ao longo das últimas semanas, com vista a acelerar o processo. Realçou a importância da criação de espaços para estudo e *coworking*, e manifestou a disponibilidade em dialogar com a Reitoria no sentido de disponibilizar o espaço da AAUM em Azurém para que este possa ser explorado nesse sentido. Sobre a construção das residências universitárias, disse ter acompanhado de perto o processo e transmitiu que está a ser feito um esforço muito sério por parte da Universidade, da AAUM e dos SASUM no que a esta matéria diz respeito. A finalizar,

considerou que o Plano de Ação apresentado aborda pouco o tema da ação social e questionou qual a visão para os próximos quatro anos sobre esta matéria, concretamente, quais as perspetivas de crescimento em termos de ação social e qual a relação a estabelecer entre a Universidade com os SASUM, sob o ponto de vista da autonomia administrativa e financeira.

A Conselheira Ana Margarida Gonçalves parabenizou a inscrição no Plano de Ação das estratégias de recrutamento de novos públicos, assim como as estratégias de inclusão dos estudantes e a promoção do seu bem-estar. Relevou, também, as estratégias previstas para a promoção de espaços orientandos para a partilha de experiências entre os docentes e estudantes das diferentes UOEI, que constituirá um marco importante para reforçar a formação doutoral de estudantes e de investigadores, aumentando o sentimento de pertença dos doutorandos à Universidade. Considerou igualmente importante a valorização e a captação de estudantes de excelência da Universidade em iniciativas de promoção das suas próprias carreiras de investigação e, ao nível do reforço da internacionalização de estudantes em programas doutorais, salientou a promoção da modalidade outgoing fora da União Europeia, que neste momento considera deficitária na Universidade. Relativamente à revisão do sistema de avaliação dos docentes, sugeriu que fosse tida também em consideração a inclusão da avaliação dos orientadores. Fez de seguida referência às graves carências do apoio social aos estudantes, especificamente no que ao alojamento estudantil diz respeito, e afirmou que, apesar de se congratular com a disponibilização do aumento de camas em unidades residenciais, entendeu que deveria ser repensada a disparidade de apoio concedida aos estudantes de doutoramento relativamente aos estudante de outros ciclos de estudos, sendo que os valores de alojamento a pagar pelos estudantes de doutoramento é semelhante aos valores pagos pelos docentes externos da Universidade.

Relativamente às marcas distintivas da oferta educativa, o Reitor informou que o documento aponta no sentido de dois níveis principais, o primeiro diz respeito à conceção e desenho dos programas formativos, e o segundo relacionado com o conjunto de iniciativas que suportam e estruturam o seu desenvolvimento. No que respeita ao desenho dos programas formativos, considerou existirem mais constrangimentos ao nível dos cursos conferentes de grau do que nos não conferentes de grau, mas sendo possível ao nível da sua conceção encontrar marcas distintivas. Na dimensão do desenvolvimento dos programas formativos, considerou que quando a previsão de medidas de articulação a jusante com os empregadores e medidas de acompanhamento dos percursos formativos dos estudantes, abre uma oportunidade a um conjunto de outras marcas já não tão vinculadas à conceção e ao desenho do programa, mas sim ao seu desenvolvimento e operacionalização que, do seu ponto de vista podem ser distintivas daquilo que é a oferta educativa da Universidade. Ao nível da formação doutoral e da atividade do Colégio Doutoral, referiu que as opções tomadas conseguiram, de facto, um conjunto de práticas diferenciadoras. No que respeita às condições oferecidas aos estudantes, considerou que a Universidade possuiu boas infraestruturas, mas que estas não são suficientes e não permitem a expressão de um outro tipo de interações dos estudantes que podem ser um fator importante na construção das suas aprendizagens. Ainda neste âmbito, manifestou satisfação ao tomar conhecimento da disponibilidade da AAUM em ceder as suas instalações no Campus de Azurém para conversão em espaços de coworking.

Referiu-se de seguida aos SASUM, recordando que, por definição estatutária, estes serviços gozam de autonomia administrativa e financeira, e que há uma experiência muito positiva do funcionamento destes serviços segundo este modelo organizacional. Chamou a atenção para o impacto negativo que a pandemia teve na atividade dos SASUM nos últimos dois anos, e para a necessidade de, não colocando em causa a autonomia dos serviços, serem criadas novas sinergias entre a Universidade e os SASUM, fundamentalmente em áreas como a gestão dos recursos humanos e a área financeira. Enalteceu o reconhecimento da qualidade dos serviços prestados pelos SASUM à Comunidade Académica, bem como a qualidade da sua intervenção ao nível da colaboração com as Universidades do Consórcio UNorte, no âmbito de projetos orientados para a capacitação ou recapacitação dos vários Serviços de Ação Social. No que concerne ao Regulamento de Avaliação dos Docentes, disse estar identificada a necessidade de proceder à sua revisão e, no seu entender, há de facto dimensões da atividade dos docentes que deveriam ter expressão nas várias componentes de avaliação, afirmando que este vai um processo participado e aberto a todos, na expetativa que daqui resulte um regulamento de maior qualidade. Quanto à questão dos estudantes oriundos de países de língua oficial portuguesa, informou que já foi dado início à diferenciação desses estudantes no que diz respeito ao valor das propinas que vão ser pagas. Em resposta à Conselheira Ana Margarida Gonçalves, referiu que existe atualmente no contexto europeu uma vez maior atenção aos estudantes enquanto sujeitos dos processos de aprendizagem, mas também uma grande atenção à sua integração e à sua inclusão, o que requer um leque muito diversificado de iniciativas por parte das instituições, sendo que a Universidade reconhece a importância destes mecanismos. Chamou a atenção para o facto de todos estes mecanismos de apoio à integração e ao acompanhamento do sucesso académico e pessoal dos estudantes, requererem uma grande atenção da Universidade no seu conjunto, quer ao nível da direção da Universidade, bem como ao nível da gestão pedagógica dos diferentes cursos e dos vários órgãos.

O Conselheiro Victor Soares disse constatar que o Plano de Ação, no que aos TTAG diz respeito, é muito mais a apresentação de princípios orientadores e declarações de intenção, ficando muito aquém do esperado no que respeita à sua concretização, designadamente através da inclusão de medidas concretas passíveis de serem aferidas ao longo do tempo. Referiu que este é um Plano de Ação que apresenta um conjunto de medidas muito semelhante ao apresentado há quatro anos atrás, sendo que muitas dessas medidas apresentadas anteriormente não chegaram a ser concretizadas, ou tiveram um grau de execução muito baixo. No que respeita à agenda para a qualidade institucional e simplificação administrativa, recordou que já no Plano de Ação 2017-2021 estava inscrita a medida referente à promoção de concursos de mobilidade intercarreiras e intercategorias dos TTAG, tendo sido deliberado pelo Conselho de Gestão em janeiro de 2021 dotar esta rúbrica de 100.000 €, o que criou expetativas legítimas em todos os TTAG que reuniam condições para transitarem de carreira ou de categoria. Dado que decorreu todo o ano sem que este processo de mobilidade tivesse sido implementado, questionou o Reitor se o mesmo irá transitar para 2022, com idêntica dotação de 100.000€. Relativamente à iniciativa de desenvolvimento de uma estratégica comunicacional própria da Universidade, considerou-a extremamente importante, concretamente no que respeita a medidas que alterem o quotidiano das pessoas e que contendem com a planificação da sua vida, quer no plano

profissional, bem como no plano pessoal e familiar, referindo-se, como exemplo, à imposição de períodos de férias aos TTAG. No que respeita às iniciativas para a qualidade de vida nos campi, chamou a atenção para o facto de o plano de ação 2017-2021 fazer referência à celebração de protocolos de apoio à AFUM neste âmbito, e nesses quatro anos não ter sido realizada nenhuma iniciativa concreta e real nesse sentido. Sobre a reforma institucional, disse estar de acordo com a realização de uma revisão dos estatutos, fazendo notar a ausência do acolhimento em sede dessa revisão do aumento da representatividade dos corpos nos órgãos de governo e de gestão da Universidade, em particular o aumento da representatividade do corpo dos TTAG no Conselho, apelando para que este aspeto não seja olvidado em sede da revisão dos Estatutos por parte do Conselho. Considerou preocupante o facto de o Plano de Ação não ter nenhuma ação inscrita com vista à resolução das situações decorrentes da aplicação do PREVPAP, por entender que este é o momento de a Reitoria ouvir os trabalhadores e seus representantes legais, bem como olhar para o sentido das sentenças e dos acórdãos e dar cumprimento e execução ao que foi determinado judicialmente. Chamou a atenção para a necessidade de serem revistas as carreiras de informática, designadamente, utilizar os benefícios da lei em vigor em termos de progressão, bem como proporcionar aos trabalhadores desta área ações de formação que de facto sejam reais mais valias, num contexto muito específico da área de conhecimento em que desenvolvem a sua atividade. Por último, apelou a que seja proporcionado aos trabalhadores dos SASUM a possibilidade de frequência de ações de formação promovidas pela Universidade e, no que respeita à agenda para a estabilidade e autonomia financeira, questionou se há conhecimento de alguma outra universidade fundação que tenha já contraído empréstimos bancários, com propósito idêntico ao previsto para Universidade e/ou outros.

O Conselheiro Joaquim Freitas considerou que o documento em análise constitui um processo de intenções estratégicas e que procura ter uma visão integrada para o futuro de médio prazo para a Universidade, devendo o Conselho focar a sua apreciação nos assuntos de posicionamento estratégico, mais do que naqueles de suporte à ação, sem detrimento de necessariamente ter uma opinião sobre estes últimos. Disse acompanhar as intervenções da(o) Conselheira(o) Isabel Soares e Rui Oliveira no que respeita à visão política do documento, na medida em que lhe pareceu que o Plano de Ação poderia ter uma visão mais profunda, muito embora ele tenha sido elaborado num contexto pandémico muito complexo e num momento em que o país se prepara para uma nova visão de governabilidade para quatro anos, esperando que nela sejam feitas as grandes reformas no ensino superior e do seu financiamento. A este nível, entendeu que o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesa deverá ter uma intervenção mais critica e focada para a resolução credível e permanente das injustiças que se foram agonizando ao longo dos anos. Considerou que o Plano de Ação apresentado tem, em muitas situações, um nível de detalhe muito extenso, que quase evitariam a necessidade de planeamentos anuais e, na sua opinião, o grande desafio, que é também a mais valia deste documento, é a interoperabilidade de desenvolvimento cooperativo entre as agendas e os atores das várias áreas. Salientou as medidas inscritas ao nível da transformação da educação e da inovação, em particular a procura de novos públicos e novos métodos inovadores, considerando que este exercício não poderá estar dissociado do desenvolvimento territorial, da internacionalização, da investigação e da inovação, resultando desta interoperacionalidade uma visão que é transversal a todo o documento. Contudo, chamou a atenção para a

necessidade de garantir a existência deste desenvolvimento cooperativo, de modo a serem criarem interações que lhe parecem ser fundamentais na visão estratégica que o documento traz. Muito embora seja necessário cumprir com as formalidades previstas na Lei e nos Estatutos da própria Universidade, pareceu-lhe importante revisitar este documento no prazo de dois anos, não como uma avaliação ao desempenho do Reitor e da Equipa Reitoral, mas como uma oportunidade de realinhamento estratégico, com vista à evolução da própria realidade, na medida em que é possível que os pressupostos possam merecer uma reflexão, em tempo útil, para avaliar um caminho que seja necessário alinhar de acordo com a nova realidade. Terminou dando nota de que, muito embora o exercício da transparência e a prestação de contas nos órgãos seja fundamental, considerou ser necessário dar tempo para que a execução do Plano e Ação não seja comprometida, sob pena de vir a ser avaliado um conjunto de ações para as quais o exercício da preparação e o exercício da avaliação lhes retirou o tempo de execução útil.

A Conselheira Manuela Soares disse apreciar favoravelmente o Plano de Ação sob ponto de visto daquilo que é a orientação estratégica, das agendas apresentadas e das ações que depois as materializam, considerando que, no que respeita à sua monitorização e medição, poderia haver mais algum detalhe de métricas, com vista a uma melhor avaliação. Chamou a atenção para o facto de, face à atual conjuntura, a definição de estratégia para um período de quatro anos poder constituir um risco, sendo o seu entendimento de que poderá ser importante proceder a uma revisão do Plano de Ação de forma a refletir a conjuntura e a evolução do mercado. Destacou a importância de existir uma estratégia muito clara no que respeita à interação com o poder político, e enfatizou a inscrição no Plano de Ação da promoção dos projetos especiais, os quais permitirão às grandes organizações uma interação forte com a Universidade, de modo a desenvolverem iniciativas relevantes para a Comunidade Académica e para região, nomeadamente, a criação de emprego. Disse ser imperativa a agenda para eficácia e eficiência interna dos procedimentos, considerando que, muito embora haja um horizonte largo para esta agenda, podem desde já ser identificadas ações que tragam ganhos de curto prazo em termos de melhoria dos níveis de eficácia e de eficiência dos processos. Por último, realçou a importância da mobilização de todos os membros e órgãos da Comunidade Académica na concretização das medidas inscritas no Plano de Ação em apreciação, com especial relevo para o papel que o Conselho poderá desempenhar no sentido de ser mais construtivo e de se envolver mais ativamente nesse processo.

Foi conferida a palavra ao Conselheiro Ángel Carracedo, que considerou as medidas inscritas no Plano de Ação oportunas, ambiciosas e que tocam todos os eixos de ação da Universidade e salientou o facto de as medidas terem associados indicadores de concretização, o que possibilitará no final proceder à sua avaliação. Agradeceu o facto de o documento fazer um contexto daquilo que é o ensino superior em Portugal, e disse surpreendê-lo que em Portugal o PRR esteja associado a uma estratégia de tão longo prazo, dado que nos países do sul da europa a utilização dos fundos provenientes deste programa estão previstos para os próximos dois anos. Concordou que o Plano de Ação não deveria conter ações cuja concretização se prevê no final do mandato, mas sim de concretização mais imediata, e pareceu-lhe oportuna a criação das duas novas licenciaturas, embora isso possa significar um esforço maior para os docentes. Na área da investigação,

considerou haver uma aposta muito clara no incremento do número do pessoal investigador e pareceu-lhe muito oportuno a revisão do regulamento de carreiras e avaliação do pessoal investigador que, na sua opinião, deverá também incluir os técnicos e os tecnólogos. Relevou também a mudança de paradigma da avaliação da investigação, que vai no sentido de dar resposta a três perguntas: o que fez este investigador pela ciência, pelos seus companheiros e pela sociedade. Disse preocupá-lo muito a questão da burocracia e concordou que, ao nível da gestão dos projetos de investigação, não devam ser apenas favorecidos os grandes projetos, mas sim levada a cabo uma ação transversal. Por fim, referiu a sua preocupação sobre a sustentabilidade da Universidade, entendendo que neste ponto deveria ser dada prioridade à promoção de ações com vista a favorecer a cooperação público-privada, no só na região, mas também para além das fronteiras, porque daí poderão resultar fontes importantes de financiamento.

Em resposta à intervenção do Conselheiro Victor Soares, o Reitor começou por referir que procurou elaborar um Plano de Ação que projete uma visão de conjunto para a instituição, com atenção a todos os corpos, às várias dimensões da atividade e aos vários tipos de projetos. Disse não se reconhecer no diagnóstico de que não são apresentadas iniciativas que mencionem explicitamente os TTAG e, relativamente à reforma estatutária, transmitiu que ela está enunciada como objetivo correspondendo a uma agenda e, no seu ponto de vista, não faria sentido apresentar desde já soluções concretas para aquilo que poderão vir a ser os futuros Estatutos da Universidade, dado que esse processo será sujeito a um debate participado. Relativamente aos concursos anuais de mobilidade, afirmou que o compromisso está inscrito no Plano de Ação, entendo que os olhares retrospetivos que foram feitos deverão ter em atenção as circunstâncias e os impactos que a pandemia teve nesse ano no funcionamento da Universidade. Quanto ao empréstimo bancário, independentemente de haver ou não experiências anteriores, considerou que o que importa neste momento é saber se ele se poderá concretizar, por forma a ajudar a resolver os problemas de tesouraria com que a Universidade se confronta. Relativamente à sinalização pelo Conselheiro Joaquim Freitas do risco de a integração de todas estas iniciativas não se vir a concretizar, na medida em que o número de agendas é vasto, bem como o número de objetivos a elas associados, informou que a forma de lidar atualmente com esta complexidade é através da adequação dos modos de articulação internos à equipa reitoral e também na relação com as UOEI. Quanto aos indicadores de realização, reconheceu que em alguns casos se torna difícil o grau de precisão que certamente estaria na expetativa da Conselheira Manuela Soares, sobretudo em medidas que têm uma concretização regular no quadriénio. Relativamente à cultura organizacional versus estratégia, considerou como sendo fatores chave a comunicação interna, como fator de coesão institucional, e o envolvimento da Comunidade Académica, não só ao nível da auscultação, mas também na colaboração no desenvolvimento de várias iniciativas. No que respeita à burocracia e à simplificação administrativa, disse ter uma noção clara de que os docentes e os investigadores têm uma sobrecarga de trabalho administrativa que os retira daquilo que é o cerne essencial da sua atividade. Por último, esclareceu a dúvida colocada pelo Conselheiro Ángel Carracedo, informando que foi manifestada a intenção política de tornar a estratégia Portugal 2030 como sendo o documento de regulação de todos os outros programas, razão pela qual, no que respeita ao PRR, Portugal prevê a sua execução até 2026.

Findo o debate, a Presidente informou o Conselho que, em cumprimento do disposto nos Estatutos da Universidade do Minho, os Membros Externos tinham emitido parecer favorável ao Plano de Ação apresentado pelo Reitor.

Foi de seguida colocado à votação o documento referente ao Plano de Ação para o Quadriénio do mandato do Reitor 2021-2025, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos contra dos Conselheiros Luís António Martins Santos, Patrícia Espinheira Sá Maciel, Tiago Filipe Silva Miranda, Tiago José Quinteiros Lopes Henriques da Silva e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares. Absteve-se na votação a Conselheira Joana Rodrigues Arantes Silva. – Deliberação CG-01/2022.

2. Informações

Neste ponto da agenda, a Presidente informou que, na sequência da reunião da Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros, o Conselheiro Tiago Miranda tinha manifestado algumas preocupações, designadamente, sobre a cessação de funções do Administrador da TecMinho, a substituição do Administrador da Universidade do Minho e a necessidade de serem tornadas públicas as atas das reuniões do Conselho de Gestão da Universidade. Face ao avançado da hora, e dado que a própria havia solicitado por escrito ao Reitor uma nota de esclarecimento sobre estes assuntos, a Presidente colocou à consideração que fosse aguardado o envio da resposta do Reitor ao seu pedido, a levar ao conhecimento de todos os membros do Conselho, sem prejuízo de, se assim for o entendimento, estes assuntos serem agendados numa próxima reunião plenária. Esta sugestão acolheu o parecer unânime dos membros do Conselho presentes.

O Conselheiro Tiago Miranda pediu a palavra, referindo ter tido conhecimento da Lei n.º 41/2020, de 18 de agosto, relativa à terceira alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, na qual é determinado que as entidades públicas deverão entregar até 31 de março do ano seguinte ao ano económico a que as contas respeitam, os respetivos documentos de prestação de contas. Tendo em vista o cumprimento deste prazo, solicitou a realização das diligências necessárias para que o Relatório de Contas Individuais da Universidade 2021 fosse remetido ao Conselho com a devida antecedência, de modo a que a sua análise pudesse ser efetuada convenientemente.

Concluídos os trabalhos, a Presidente agradeceu as intervenções dos vários membros e declarou terminada a reunião às 14h00, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidente e pelo Secretário do Conselho.

A Presidente,

Assinado por: **MARIA JOANA RAPOSO MARQUES VIDAL**
Num. de Identificação: 04069706
Data: 2022.03.17 15:53:14+00'00'

O Secretário,

Assinado por: **NUNO MIGUEL DIAS CERCA**
Num. de Identificação: 11278372
Data: 2022.03.17 16:11:13+00'00'

Anexo I

Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

REUNIÃO PLENÁRIA N.º 1/2022
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
4 de fevereiro 2022

Membro	Rubrica
Ana João Gomes Rodrigues	
Ana Margarida Silva Gonçalves	
André Francisco Soares Carvalho Alves Teixeira	
Ángel Maria Carracedo Álvarez	
António Carlos Fernandes Rodrigues	Participação por videoconferência
Delfina Rosa Rocha Gomes	
Isabel Maria Costa Soares	
Joana Rodrigues Arantes Silva	
João Manuel Cardoso Rosas	
Joaquim Agostinho Castro de Freitas	
Luís António Martins Santos	
Manuela da Assunção Borges Vaz Soares	
Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal	
Maria Joana Raposo Marques Vidal	
Marta Alexandra Teixeira Mestre	
Nuno Miguel Dias Cerca	
Patricia Espinheira Sá Maciel	
Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio	Participação por videoconferência
Ricardo Duarte Faria Lopes	
Rui Jorge Machado Oliveira	
Tiago Filipe Silva Miranda	
Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva	
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	